

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

PEDRO HENRIQUE DE MELO VIEIRA

**SEGREGAÇÃO URBANA NO CONJUNTO HABITACIONAL
CIRIACO CAMARGO NO MUNICÍPIO DE GUIA LOPES DA
LAGUNA/MS**

**JARDIM/MS
2016**

PEDRO HENRIQUE DE MELO VIEIRA

**SEGREGAÇÃO URBANA NO CONJUNTO HABITACIONAL
CIRIACO CAMARGO NO MUNICÍPIO DE GUIA LOPES DA
LAGUNA/MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Camilo Pereira

JARDIM/MS
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

PEDRO HENRIQUE DE MELO VIEIRA

SEGREGAÇÃO URBANA NO CONJUNTO HABITACIONAL CIRIACO
CAMARGO NO MUNICÍPIO DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Ana Paula Camilo Pereira

Curso de Geografia da UEMS - Jardim

Examinador 1: Prof. Me Igor Ronyel Paredes Gomes

Curso de Geografia da UFGD - Dourados

Examinador 2: Prof. Me Hamilton Romeiro

Curso de Geografia da UFGD - Dourados

Jardim/MS, Novembro de 2016

DEDICATÓRIA

À minha família e amigos

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus pela força e coragem, como também aos colegas e familiares que foram importantes nessa grande caminhada.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi concluído graças ao apoio de muitas pessoas que passaram momentos de superação e vitórias que me fizeram adquirir virtudes em todos esses momentos que não tem preço que possa pagar. Algumas dessas pessoas são especiais que queremos manifestar gratidão nessas poucas linhas:

Aos colegas do Curso de Geografia que me incentivaram e me trouxeram momentos inesquecíveis, e que quatro anos de curso não serão suficientes para esgotar a vontade de conhecê-los mais. Agradeço também a minha companheira Katriciely que me deu ânimo nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Especialmente agradeço a Prof.^a Dr.^a Ana Paula Camilo Pereira, que norteou todo esse projeto, que esteve sempre disponível para me ajudar, não me deixar desistir, além de superar toda a distância e desafios que nos foram propostos. Desse modo estas linhas são poucas para expressar a minha gratidão e carinho por aceitar fazer parte do começo da minha vida acadêmica.

Obrigado a todos que não foram citados aqui, mas que me incentivaram mandando mensagens de apoio e me proporcionando momentos que não esquecerei.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a reprodução do espaço na ótica da segregação urbana que se reflete na forma de conjuntos habitacionais, em especial a Vila Ciriaco Camargo, localizada no município de Guia Lopes da Laguna/MS. O objetivo desse estudo se caracteriza pela reflexão sobre a segregação sócio-espacial como resultado da reprodução do espaço urbano, bem como pela organização espacial da cidade, promovida pelos agentes econômicos: como a classe empresarial, o Estado que se reflete a partir da gestão municipal, e os agentes imobiliários, e os próprios atingidos pela lógica de uso da terra que são os grupos sociais excluídos, buscando promover, à luz de referenciais teóricos, uma visão crítica a respeito das políticas públicas habitacionais adotadas nesse município, que surgem através dos interesses dos agentes urbanos. Os processos metodológicos necessários para a realização do projeto se darão a partir da reflexão de autores que trabalham a temática destacada, ou seja, as políticas públicas na criação de conjuntos habitacionais e a segregação sócio-espacial no espaço urbano.

Palavras-chaves: conjuntos habitacionais, produção do espaço urbano, organização espacial, cidade.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the reproduction of space from the perspective of urban segregation that is reflected in the form of housing, especially the Village Ciriaco Camargo, located in Guia Lopes da Laguna / MS. The aim of this study is characterized by reflection on the socio-spatial segregation as a result of the reproduction of urban space and the spatial organization of the city, promoted by economic agents: as the business class, the state that is reflected from the municipal management and real estate agents, and land use themselves affected by the logic that are the excluded social groups, seeking to promote in the light of theoretical frameworks, a critical view about the housing policies adopted in this municipality, which arise through interest agents urbans. The methodological processes necessary for the realization of the project will from the authors of reflection that work the highlighted theme, namely public policy in creating housing and segregation caused by the lack of urban planning.

Keywords: housing, production of urban space, spatial organization, city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ruas e casas do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016).....	30
Figura 2: Caracterização das casas populares no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016).....	33
Figura 3: Casa localizada no centro da cidade (2016).....	33
Figura 4: Não-Pavimentação no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016).....	34
Figura 5: Pavimentação na região central de Guia Lopes da Laguna (2016).....	34
Figura 6: Distribuição dos instrumentos coletivos em Guia Lopes da Laguna (2016).....	38

.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Guia Lopes da Laguna no Estado de Mato Grosso do Sul.....	29
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Serviços utilizados com mais frequência pelos moradores do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016).....	37
Gráfico 2: Renda obtida por família do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016).....	39
Gráfico 3: Famílias que modificaram, ou não, suas casas no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)	40
Gráfico 4: Número de pessoas por residência no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição da População Brasileira de 1940 a 1991.....	20
--	----

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

COHABs – Companhias de Habitação Popular

FCP – Fundação Casa Popular

FAMEMS – Federação das Associações de Moradores de Mato Grosso do Sul

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNH – Política Nacional de Habitação

PHE –MS – Plano de Habitação Estadual de Mato Grosso do Sul

PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

SEHAB – Secretaria de Estado de Habitação de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS NO BRASIL.....	17
1.1- Anos 1870-1930	17
1.2- Décadas 1930-1950.....	18
1.3- Década de 1960.....	19
1.4- Décadas de 1970-1980.....	22
1.5- Década de 1990.....	22
1.6- Década de 2000 - 2014.....	23
CAPÍTULO II: POLÍTICAS HABITACIONAIS EM MATO GROSSO DO SUL, A CARACTERIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO EM GUIA LOPES DA LAGUNA.....	26
2.1- 1979 - 1999.....	26
2.2- 1999 - 2006.....	27
2.3- 2007 - 2009.....	27
CAPÍTULO III: ANÁLISE DE CAMPO: COMPREENDENDO A SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL NO CONJUNTO HABITACIONAL CIRIACO CAMARGO.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXOS.....	47

INTRODUÇÃO

O capitalismo introduzido nas políticas públicas influencia diretamente no desenvolvimento da reprodução da vida dos indivíduos, que por sua vez são diferenciados socialmente no espaço entre classes sociais.

A cidade é socialmente produzida pelas ações do capital promovidas por agentes como o Estado e, também através do empresariado, dos especuladores e proprietários de terrenos urbanos. Essas ações são confirmadas quando levamos em conta as condições necessárias à sobrevivência e reprodução da força de trabalho cotidianamente.

Segundo Santos (1987), a cidade em seus limites territoriais delimita a condição social do sujeito dentro deste espaço e fornece para o mesmo, dentro da lógica do capital, as ferramentas e condições para que ele desenvolva sua vida de acordo com o que pode alimentar esse sistema.

Assim cada indivíduo neste contexto possui um peso diferente, que se materializa nas diferenças de acessibilidade ao que precisa. Diante disso cada indivíduo é condicionado a desenvolver um modo de vida diferente do outro, constituindo um modelo urbano que perpetua essa condição de manutenção e estabilização das classes sociais que divergem nesse modelo urbano.

O modelo urbano através de sua organização se dá a partir da complexidade das relações sociais, por meio das diferenciações econômicas que assim refletem no acesso diferenciado à produtos e serviços. Essas disparidades existentes nas cidades são organizadas direta e indiretamente pelo Estado que se torna agente indispensável na disposição e gestão dos equipamentos de consumo da sociedade, como por exemplo: energia, telefonia, abastecimento de água e espaços de lazer (RODRIGUES, 1990).

Esse modo de atuação do Estado no espaço urbano não deixa também de ser um modo econômico de produzir a cidade, pois os equipamentos citados são a “espinha dorsal” para a progressão do capital na cidade que a partir de então adquire divisões funcionais.

A consolidação da cidade surge então a partir da incorporação dos espaços para diferentes usos do capital, seja o industrial, residencial, para serviços diversos, que valorizam estas áreas e geram relações sociais diferentes na mesma. Essa “valorização” de uma área em relação à outra promove, dentro da lógica imobiliária, incrementos na terra que partem da possibilidade de gerar lucratividade para os proprietários de terra.

Logo na percepção da diferença de valorização dos espaços promovidos pelos incrementos materializados pelo capital, como asfaltos, instituições e bancos, os espaços que não refletem essa funcionalidade são “planejados” de outra forma em outro lugar.

Segundo Capel (1983):

De los elementos del consumo coletivo, interesan sobre todo aquellos mínimos que permiten la reproducción de la fuerza de trabajo del obrero – en ocasiones un simple techo -. Otros elementos de consumo colectivo, como zonas verdes, equipamientos..., solo se organizan cuando la producción (necesidad de descanso, de ocio...) en función de las condiciones de reproducción de la fuerza de trabajo en cada momento histórico (CAPEL, 1983, p. 79).

O trecho acima citado revela o desinteresse do poder público em atender o espaço urbano de modo igualitário, mas sim a uma parcela mínima da população da cidade. Assim o Estado modela a organização espacial da cidade, resultando em uma segregação sócio-espacial para uma parcela populacional que é diferente em níveis de renda, da localização de sua moradia, do tipo de ocupação e em níveis educacionais.

Nessa estrutura social que se consubstancia pela produção do espaço urbano estão presentes os conjuntos habitacionais, que são áreas de estruturas uniformes dentro do espaço urbano, tanto na ótica da construção, quanto na funcionalidade das moradias que são completamente iguais, mas desiguais de todo o restante do modelo urbano, conforme destaca Corrêa (1997).

Em linhas gerais podemos dizer que esses conjuntos são formados, em sua grande maioria, por pessoas de uma mesma classe social, sem opções de ascender socialmente e com relações sócio-espaciais diferentes das classes sociais mais elevadas

Para Negri (2008), as relações sociais se dão em função do poder econômico distinto em cada grupo social, ou seja, a distribuição das classes no espaço urbano passa pelo poder de acúmulo do capital que cada grupo consegue ter. Assim a partir da reprodução da força de trabalho do capital que cada indivíduo desempenha vai possibilitar morar em bairros distintos na cidade. Com isso, a segregação surge como instrumento de controle do espaço na funcionalidade dos conjuntos habitacionais.

Nessa lógica, propõe-se analisar nessa pesquisa a reprodução do espaço urbano por meio do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo no município de Guia Lopes da Laguna/MS, considerando a lógica capitalista do uso restrito da terra, promovendo por sua vez a segregação sócio-espacial, enfatizando as contradições existentes na cidade através deste

modelo capitalista (como a alocação da população pobre nos extremos da cidade e a sua dificuldade de ascensão social através deste modelo).

O presente trabalho pretende contribuir para o entendimento da materialização deste modelo capitalista no espaço através dos conjuntos habitacionais, como também o uso da terra como mercadoria lucrativa e que dificulta o acesso da mesma para população mais pobre da cidade, tornando seus espaços de residência marginais e segregados sócio espacialmente.

Diante disso o Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo em Guia Lopes da Laguna é um reflexo dessas contradições que existem na periferia da cidade, que proporcionam aos moradores uma relação de segregação sócio-espacial com a própria cidade em que estão; devido a concentração da disponibilidade de empregos fixos que não estão dispostos da mesma forma no espaço urbano, as escolas que não atendem o ensino regular completo como em outras áreas da cidade (principalmente, no centro), entre outros fatores.

Através deste trabalho será feito inicialmente um apanhado histórico do desenvolvimento das políticas do poder público brasileiro voltadas à habitação, passando pelos períodos finais do século XIX com a diminuição dos latifúndios e a mudança nos modelos de escravidão para o trabalhador assalariado. Posteriormente é o momento do patrocínio estatal, em meados do século passado, mas que já atendia os interesses das camadas elitizadas e isso percorre todo o final do século. Já no final do século XX e nos anos iniciais do século XXI já é possível identificar a assistência, mesmo com inúmeros problemas urbanos, às camadas populares, assim terminando o primeiro capítulo.

Posteriormente o texto segue com as políticas regionais no Mato Grosso do Sul, desde a criação do estado na década de 1970, até a primeira década dos anos 2000. A caracterização do objeto de estudo encerra o segundo capítulo com dados gerais do município de Guia Lopes da Laguna.

Na terceira e última parte do trabalho é reservado a uma análise mais detalhada do objeto de estudo com aplicação de questionário e com os resultados obtidos a partir do mesmo afirmando o objetivo do trabalho que é refletir na produção do espaço urbano em Guia Lopes da Laguna com a pesquisa do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo, e a sua relação com a cidade na ótica da segregação sócio-espacial.

Deste modo a pesquisa vem contribuir no sentido de revelar como a produção do espaço em Guia Lopes da Laguna se deu a partir da criação deste projeto habitacional urbano.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS NO BRASIL

Para podermos entender a conjuntura habitacional nos dias atuais é necessário utilizarmos o materialismo histórico dialético como processo de fundamentação teórica a respeito do tema, considerando que o processo de segregação urbana do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo no município de Guia Lopes da Laguna- MS é reflexo das políticas públicas introduzidas no País tanto no agora como no passado por isso o texto se dará em seu recorte espaço-temporal desde o período colonial no final do século XIX até os anos iniciais do século XXI.

1.1- Anos 1870-1930

No período entre os anos de 1870-1930 o Brasil passava por um processo de urbanização devido à economia cafeeira que se desenvolvia na região Sudeste, que já possuía desenvolvimento técnico suficiente em detrimento das outras regiões. A habitação não era uma pauta tão importante para a elite de comerciantes, nem para os cafeeiros, mas algumas melhorias foram feitas como as condições sanitárias nas casas para o combate de epidemias que se proliferavam devido ao aumento populacional, essa política habitacional é chamada por alguns autores de sanitarista (BOSCARIOL, 2011, p. 72).

Esse período é motivado pela mudança econômica mundial que articulava novos mercados consumidores e concorrentes que transformou a dinâmica da produção mundial, como no Brasil. Os donos das grandes produções trocavam seus escravos pelos imigrantes que detinham conhecimento de novas técnicas, conseqüentemente o aumento da produção.

Nesse contexto histórico, abriam-se novas oficinas destes imigrantes nas cidades para a produção de alguns produtos que se encontravam na auto-produção das fazendas. A cidade crescia em número populacional, principalmente depois da abolição da escravatura no final do século XIX. (BOSCARIOL, 2011, p.74 apud MAMIGONIAN, 1976). Desse modo vemos uma dualidade entre o campo como lugar de produção e retirada de produtos da terra e a cidade como produtora, administradora e local de comércio, proporcionando um novo deslocamento da população.

Para Paul Singer (1977), a desigualdade espacial começa a partir dessa separação entre a cidade e o campo, com a criação de instituições sociais na cidade que transfere para a cidade um poder em relação a produção até então não existente.

Nessa compreensão, surge uma análise diferenciada da importância dos homens no modo de produção na cidade em relação ao campo assim constituindo-os em sociedade de classes. Singer(1977) se refere à formação da cidade em outro recorte temporal, mas o trecho é compatível com o momento no Brasil onde existe uma transformação nas relações da produção do campo para a cidade, indicando um pressuposto para o aumento da população para as cidades.

Com a passagem para o século XX o investimento imobiliário se torna notável pelos donos de imóveis, que são os próprios latifundiários, que visavam lucrar com a chegada da população nas cidades. Com esse deslocamento da população cresce o número de construções irregulares e condições de moradia insuficiente para a reprodução da força de trabalho. Assim os latifundiários, banqueiros e donos do capital cafeeiro investem colocando a prática rentista com a instituição dos aluguéis para os imóveis (BOSCARIOL, 2011, p. 76).

Nesse período as cidades brasileiras revelam a fragmentação proposta pelo novo modelo de espaço urbano, um processo de divisão da mesma em centro e periferia, a última surgindo como fuga da crise da habitação com a ocupação dos terrenos vazios nos cantos da nova cidade (BOTEGA, 2008).

O capital cafeeiro que foi “perdido” em certa maneira foi reinvestido nos imóveis como forma de fugir dos instáveis ciclos econômicos. A construção desses imóveis foi estimulada pelo estado com privilégios para as empreiteiras estrangeiras que aproveitaram o início destas construções adotando o mínimo de higiene na concepção do projeto das casas que eram ignorados por parte da elite rentista (BOSCARIOL, 2011, p. 78apud GAP-FINEP, 1984).

1.2- Décadas 1930-1950

Já a partir dos anos de 1930 até a década de 1940 chega-se ao fim da prática rentista no mercado imobiliário através do patrocínio estatal, juntamente com o setor privado, para evitar abusos em relação ao aluguel. Ou seja, o modelo adotado pelos próprios latifundiários (antigos senhores do café, chamados assim agora devido a redefinição da divisão social do trabalho) já não atendia a demanda, que era muita, e com a transferência dos lucros para o setor industrial crescia o número de pessoas que se deslocavam para a cidade a procura de trabalho. Esse patrocínio estatal se deu através da Lei do Inquilinato de 1942 (BOSCARIOL, 2011, p. 84).

Para Boscarriol (2011, p.85): "o entendimento do problema da habitação como pouca oferta de moradias baratas mascara a transferência de renda dos trabalhadores para os grupos de elite econômica". Neste trecho vemos a contradição existente neste período econômico no Brasil para com a classe trabalhadora, pois o Estado influencia a estagnação do aluguel, mas não consegue estabilizar os preços nos produtos industriais, que são os mais consumidos pela classe trabalhadora.

Essa redefinição do *lócus* produtivo do campo para a cidade torna o acesso aos produtos dificultoso pela agregação de valor a eles através da lógica capitalista. Por isso que a influência do Estado nas campanhas de moradia não teve tanto sucesso, pois ainda a população crescia nos subúrbios e periferias das cidades.

No ano de 1946 foi criada pelo governo federal a Fundação Casa Popular (FCP) que tinha como base de sua ideia a construção de habitações a partir dos fundos governamentais como o Fundo de Garantia e dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). O governo não queria que os fundos privados pudessem intervir nas políticas habitacionais e por isso utilizou-se destes recursos que provinham do aumento de trabalhadores que estavam formalizando-se na economia nacional. Nessa política existia também o revés de que somente os associados (trabalhadores formais) poderiam usufruir deste modelo, deixando que a grande maioria da população ainda pudesse viver desalojada (BOSCARIOL, 2011 apud AZEVEDO & ANDRADE, 1982).

1.3- Década de 1960

O Brasil, no contexto de seu crescimento econômico e na mudança de políticas públicas, a partir do golpe de 1964, começa a repensar a estrutura urbana brasileira, pois era grande a quantidade de pessoas que saíam de suas terras de origem, geralmente o campo, com destino as cidades, disponibilizando mão de obra, principalmente para as indústrias e o setor de serviços.

A cidade encheu-se de indivíduos sem especialização alguma no manejo das máquinas ou no ritmo do serviço urbano, pois vários daqueles que foram para as regiões de crescimento econômico eram oriundos de regiões rurais e não possuíam a mesma qualificação necessária para preencher os requisitos como mão de obra.

O governo militar tinha em seus planos de governo a reorganização do complexo rural através da expansão das relações capitalistas, como o aumento das indústrias e também na transformação da produção agrícola em um complexo agroindustrial voltado para a

exportação, deixando as importações de lado e investindo dinheiro da poupança externa (gerando dívida pública) nas empresas estatais (BOSCARIOL, 2011, p.95 apud RANGEL, 2005).

Vários fatores podem ser empregados quando falamos em êxodo de moradores do campo em direção as cidades: a mecanização do sistema de produção, que já não mais necessitava de tantos trabalhadores para desempenhar alguns papéis nas etapas produtivas, também não havia produção em pequenas quantidades de terra, ou seja, a competição existente no campo desfavoreceu o pequeno produtor que mal tinha como competir em face dessa mudança de postura no campo, promovendo a migração da população à cidade.

Podemos visualizar essa mudança na tabela abaixo, que ilustra a distribuição da população brasileira entre os anos de 1940 a 1991:

Tabela 1- Distribuição da População Brasileira de 1940 a 1991.

Anos	População Urbana	População Rural
1940	31,2%	68,8%
1950	36,2%	63,8%
1960	45,4%	54,6%
1970	55,9%	44,1%
1980	67,7%	32,4%
1991	74,8%	24,5%

Fonte: IBGE, censos demográficos.

Desse modo, a competição por oportunidades de emprego e de promover o desenvolvimento dessa faixa econômica (proletariado) da população acaba ocupando as áreas mais desprovidas de infra-estrutura da cidade, onde os terrenos são acidentados, mal planejados para a população, e também mal localizados em relação ao centro econômico da cidade.

Toda essa dificuldade de alocação da população por parte do poder público é fruto dessa mudança significativa da distribuição da população mostrada na tabela acima.

Já na segunda metade da década de 1960, o governo que na época era comandado pelos militares, ou seja, ditatorial, instalou consigo o Banco Nacional de Habitação (BNH), para que fosse moldada inicialmente a política habitacional no país, já que a questão de

assistência à moradia era de encargo das instituições privadas que ofereciam aos trabalhadores como forma de prendê-los ao emprego.

Assim com a questão da moradia sendo planejada pelo capital estrangeiro, as construções seguiram os modelos urbanos desiguais das grandes cidades que priva os trabalhadores dos centros comerciais e financeiros, de melhores terrenos para construção das casas, ou seja, são conjuntos habitacionais desprovidos da mínima infra-estrutura e com ausência de serviços públicos efetivos (BOLLAFI, 1982). Podemos visualizar essa mesma situação na cidade de Guia Lopes da Laguna, recorte espacial de nossa análise, onde o Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo está distante dos serviços públicos e também privados como os bancos e o comércio em geral, seguindo a lógica capitalista da cidade de funcionalidade dos espaços: sendo uma diferenciação entre o espaço ocupado pelo comércio e serviço que geralmente é alicerçado por serviços de iluminação, rede de esgoto, internet, em conjunto com a classe dominante que mora bem próxima ao centro, e a classe trabalhadora que mora aos arredores dos núcleos comerciais e que não tem os mesmos privilégios de desenvolver um modo de vida com melhores condições sociais.

É necessário analisar essa política de habitação no governo militar, pois sendo autoritário, não contou com a opinião pública e nem teve o devido controle social através de uma horizontalidade na composição de um programa de governo que pudesse atender a classe de baixa renda. Para Bonduki (2008) os programas do BNH, criado para atender as questões de habitação e financiar os projetos, foram engessados pelo financiamento bancário excluindo a população pobre.

Os conjuntos habitacionais, as Companhias de Habitação Popular- COHABs inicialmente, que surgiram através das políticas estatais, não atendiam às necessidades dos moradores para um desenvolvimento pleno de vida, pois a estrutura física de cada moradia e também a sua disposição no espaço urbano, ocupando as áreas mais distantes e desprovidas de recursos, além de que os mesmos foram arrecadados pelo Estado para a construção das moradias eram de investimentos privados, ou seja, o Estado ficava de mãos atadas quanto a localização do imóvel e também a população que via seu salário desvalorizado (pois a lógica da inflação não atingia na manutenção do salário), pagava por um imóvel de valor superior ao valor de mercado (BOLLAFI, 1982, p.54).

1.4- Décadas de 1970-1980

Na década de 1970, no Governo de Geisel (1974-1979) correspondente também aos últimos anos do BNH que foi responsável pela arrecadação dos fundos para a construção de moradias nos anos anteriores, os programas habitacionais voltaram a atender a população de baixa renda, com a criação do Profilurb, Projeto João de Barro, que estimulavam a autoconstrução (produção de moradias pela própria população), dando condições ao financiamento individual de materiais de construção. (BOSCARIOL, 2011).

Esta relativa melhoria mostrada no último governo não continuou nos anos da década de 1980, onde a inadimplência dos beneficiados pelos projetos de habitação dos anos anteriores foi consideravelmente maior, e com a extinção do BNH a responsabilidade de fornecer recursos para a construção de moradias passa para outras instituições como a Caixa Econômica Federal- CEF, que como toda instituição financeira desse porte visa o retorno de investimentos, e a moradia para a classe de baixa renda é colocada em segundo plano (AZEVEDO, 2007).

1.5- Década de 1990

Na década de 1990 os projetos habitacionais promovidos inicialmente com Fernando Collor de Melo(1990-1992) e, posteriormente com Itamar Franco (1992-1994), intensificaram a produção de moradias para a classe média e alta, novamente com o aval da Caixa Econômica Federal que não tinha a intenção de espelhar-se no modo de atuação do extinto BNH, que anos anteriores tinha enfrentado a inadimplência por parte dos beneficiados pelas novas casas, além de ser confrontado pela população por sua política autoritária e parcial (BOSCARIOL, 2011).

Vemos que nesses dois períodos tanto na década de 1980 quanto em 1990, o Estado não conseguiu instituir planos de habitação efetivos para a população de baixa renda, e quando consegue os materiais utilizados nas construções das casas são inferiores aos modelos das casas produzidos para a classe média e alta, além de terrenos quase inutilizáveis para a população e com localização determinadas pelas instituições privadas.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), novos programas foram utilizados para produção de moradias para a população de baixa renda, alguns foram interessantes como a Carta de Crédito que era subsidiada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS para aquisição dos materiais para construção e o mutuário pagaria com

juros mais baixos. A única restrição era de os beneficiados fossem associados ao FGTS (BOSCARIOL, 2011).

A problemática da implantação desse sistema é que a população mais carente começa, como também nos períodos anteriores, a investir na auto-produção das moradias nas favelas e aos arredores da cidade, pois o investimento na casa própria fica inviabilizado para quem não tem dinheiro para financiar (BONDUKI, 2008).

Nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso os programas de habitação, apesar de serem inovadoras em alguns pontos, continuaram a promover políticas para a habitação para classe alta e média. Nesse período de governo 78,84% dos recursos obtidos se destinaram para o financiamento habitacional para camadas com renda superior a cinco salários mínimos (BONDUKI, 2008).

1.6- Década de 2000- 2014

Numa análise mais recente, destacamos algumas considerações sobre o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que implementou uma nova perspectiva habitacional no país de redistribuição de renda para a população, proporcionando uma melhora expressiva na política urbana nesse mesmo período.

Para Bonduki (2008) houve uma melhoria na coleta de informações sobre os problemas urbanos, entre eles os déficits habitacionais, através de conselhos regionais e também Conferências que permitiam a participação da população nos planejamentos.

Inicialmente em seu governo, Lula instituiu o Ministério das Cidades, que até então não existia, mas já fazia parte de seu planejamento de governo destacado no Projeto Moradia. A importância do Ministério das Cidades é potencializada por ser, entre outras atribuições, um órgão de coordenação de uma estratégia nacional para dimensionar e proporcionar soluções para os problemas urbanos das cidades do Brasil, mesmo que não seja o provedor de recursos para tais finalidades (BONDUKI, 2008).

É possível identificar que houve uma maior redistribuição de poderes nas decisões implantadas na política habitacional com a instituição do Conselho Nacional das Cidades que pautou pela participação dos diversos segmentos sociais, com a implantação de conselhos municipais e estaduais. Foi criada nesse período a Política Nacional de Habitação (PNH) que foi fruto do processo da participação social, elaborada em 2004, com o intuito de reverter processos que já se encontravam insatisfatórios para atender as necessidades da população em ter o acesso à terra, promover a saída das pessoas que viviam na irregularidade fundiária,

devido ao processo de segregação sócio-espacial que persiste nos moldes urbanos (NAIME, 2010).

De fato os investimentos ocorreram a partir de 2005, momento em que o país saiu da decrescente da crise da década anterior. O aumento no número de empregos formais, e também o crescimento econômico fizeram com que os recursos do FGTS multiplicassem em quatro vezes, obtendo um ganho real para a população de baixa renda, que para Boscarol (2011) foi o principal alvo do governo Lula nas políticas habitacionais.

O projeto habitacional traçado por Lula em seu governo, segundo Bonduki (2008), teve a inovação de permitir a participação da opinião pública nos debates sobre a habitação no Brasil, com a participação das universidades, sindicatos, empresários e institutos de pesquisa, entre outros órgãos. O autor também relata a maior oportunidade que a classe de baixa renda teve de possuir sua casa própria, pois o governo através da maior captação dos recursos como o FGTS, possibilitou consequentemente maior subsídio no setor de habitação.

Nesse período do governo Lula as políticas em habitação tiveram uma nova roupagem administrativa, tendo em vista a importância dada para a população de baixa renda, pois nesse período governo destinou maiores recursos para o financiamento de unidades para essa parcela da população através dos programas Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, entre outros.

Esses projetos de governo continuaram com Dilma Rousseff (2010-2016), trazendo maiores impactos habitacionais, mesmo em momentos de crise econômica e política. Dados mostram que entre 2009 e 2014 foram construídas 1,7 milhões de moradias¹.

O governo Lula e Dilma possibilitou que grande parte da população mais pobre tivesse o acesso à terra através dessa nova política de habitação, porém não rompe com os moldes do capitalismo, tendo em vista que as unidades foram construídas de modo que participassem dos moldes urbanos capitalistas.

Esse modelo de habitação é caracterizado na construção do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo, em Guia Lopes da Laguna, que através de construções uniformes, aloca a população nos limites da malha urbanas do município, separando-a dos serviços tanto públicos como os privados.

O próximo capítulo discorre sobre os problemas de segregação sócio-espacial que a população dessa vila “sofre”, através da distância aos serviços públicos básicos (saúde,

¹ Disponível em <http://www.brasildamudanca.com.br/minha-casa-minha-vida/minha-casa-minha-vida> acessado em 08 de setembro de 2016.

educação), a infra-estrutura em que a vila foi concebida (falta de rede de esgoto, asfalto) entre outros fatores.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS HABITACIONAIS EM MATO GROSSO DO SUL, A CARACTERIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO EM GUIA LOPES DA LAGUNA

Neste capítulo a escala de análise das políticas públicas na área de habitação terá seu enfoque principal abordado: o estado de Mato Grosso do Sul, como também a cidade destacada no trabalho, o município de Guia Lopes da Laguna, através do contexto histórico das políticas habitacionais de ambas as partes e a análise do objeto em questão, o Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo.

2.1 - 1979 - 1999

Na metade da década de 1970 ocorreu um processo de divisão do estado de Mato Grosso para a criação de um estado modelo na região Centro-Oeste: o estado de Mato Grosso do Sul, tendo sua capital a cidade de Campo Grande. Este foi criado em 1º de Janeiro de 1979 agregando um maior fluxo migratório para esse novo estado brasileiro.

Aos poucos foram instituídos alguns órgãos para a administração dessa nova demanda populacional, que crescia no interior do Centro-Oeste, devido às políticas de expansão das fronteiras agrícolas. Ao final da década de 1970 foi finalizada a construção de 1.387 unidades habitacionais, sendo que o déficit do novo estado era de 57.576 unidades, dados segundo o Plano de Habitação Estadual de Mato Grosso do Sul (PHE-MS, 2009)

Na década de 1980 são instituídas algumas organizações populares, principalmente na capital Campo Grande, como a Federação das Associações de Moradores de Mato Grosso do Sul (FAMEMS), evidenciando que a questão habitacional necessitava de soluções urgentes, devido ao crescimento demográfico elevado nesse período.

Em estudos feitos pela Secretaria de Estado de Habitação e Infraestrutura de Mato Grosso do Sul, no ano de 1999, o total de habitações concedidas à população chegava ao número de 35.846 unidades, no período de 1980 até 1998. No final da década de 1990 a política habitacional já não seguia os mesmos parâmetros nacionais, pois, foi considerada Política de Estado a partir da Política Nacional de Habitação, 1996 (PHE-MS).

2.2- 1999 - 2006

No período entre 1999 até 2001 foram criadas 5.649 unidades habitacionais no estado (PHE-MS apud. CEF, 2002), com a implantação de alguns projetos entre eles o Habitar Brasil, Novo Habitar, Morar Feliz, dentre outros.

Com a demanda crescente de novas unidades habitacionais, foi criada em 2003 a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, que pela consequente demanda obteve parcerias com o setor público e privado para custear essas novas obras, para atender a população de baixa renda tanto da área urbana como a da rural. Essa demanda refletiu-se no déficit de 76.262 moradias no estado na virada do século, conforme o Censo do Instituto de Geografia e Estatística- IBGE em pesquisa no ano 2000.

Em 2004 foram criados projetos de inclusão da população de baixa renda à moradia, podemos citar entre tantos o projeto Quilombolas, Casa Indígena, Casa no Campo. Estes projetos contemplaram quase 16.000 pessoas com a construção de 4.092 novas moradias (PHE-MS).

No ano de 2005 novas moradias foram concluídas em um total que passou de 9 mil unidades, com investimentos do Governo do Estado, da Caixa Econômica Federal, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, entre outros (PHE-MS).

2.3- 2007 - 2009

Nesse período foi criado o Programa MS CIDADÃO- Casa da Gente que buscava atender, essencialmente, as minorias sociais como os indígenas e quilombolas. As unidades contratadas no ano de 2007 que foram concluídas em 2009, totalizaram mais de 8 mil unidades em todo o estado. Durante esses anos entre 2007 até 2009 foram construídas ao todo 28.863 unidades, considerando os contratos que tiveram início no período anterior, mas concluídas nesse período (PHE-MS).

Nesse primeiro momento de análise do quantitativo das políticas habitacionais do governo de Mato Grosso do Sul ao longo dos anos, desde sua fundação, até momentos próximos da atualidade, verificamos a intervenção estatal para a produção de moradia para a população mais carente. E é esse processo de intervenção do poder público no espaço urbano, tendo em vista o interesse em alimentar o “jogo do capitalismo”, que torna a configuração da cidade excludente e *lòcus* de segregação para a população mais pobre. A funcionalidade dos espaços destacada é preponderante nas cidades atuais sob o regime capitalista, apoiados pelos

atores sociais que visualizam na terra oportunidade de lucro e a dividem pelo domínio da técnica do trabalho, ordenando esse espaço de forma desigual (MOREIRA JUNIOR, 2010).

Essa produção que parte do poder público está envolta a inúmeros interesses, que se constituem a partir do mesmo que promove um ordenamento territorial na cidade, tornando-a excludente e desigual, onde as disparidades existentes são visíveis. Os exemplos se verificam através da estrutura dos bairros da classe alta que contam com fácil acesso aos serviços de saúde, segurança e educação, que contrastam com problemas ambientais presentes nos bairros miseráveis como a precariedade no saneamento, e habitações com o mínimo de salubridade (MOREIRA JUNIOR, 2010).

A cidade torna-se campo da lógica mercadológica, pois aqueles que não se encaixam nesse modelo, se veem obrigados a morar em lugares distantes e mal estruturados, onde é a “solução de sobrevivência”, e conforme diz Moreira Junior (2010) tem o nome de “segregação induzida”. Em cidades pequenas verifica-se essa segregação mencionada pelo autor, pois a convivência não é constante com outros bairros que estão mais estruturados.

Nesse contexto histórico de surgimento de órgãos públicos vinculados ao desenvolvimento habitacional na esfera estadual é que foi criado na cidade Guia Lopes da Laguna o conjunto habitacional em destaque.

Localizada no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, o município de Guia Lopes da Laguna possui população total de 10.366 habitantes², com desenvolvimento através da agropecuária e do comércio local. Guia Lopes da Laguna também se relaciona com a cidade de Jardim que agrega postos de trabalho para a população, assim Guia Lopes da Laguna possui déficit de empregos para a população, por não ter um comércio consolidado como a cidade vizinha.

² Segundo o censo IBGE 2010.



Mapa 1: Localização do município de Guia Lopes da Laguna no Estado de Mato Grosso do Sul.

Elaboração: Rafael Oliveira Fonseca.

Em Guia Lopes da Laguna, no ano de 2009, foi dado início a construção do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo, através do Programa MS Cidadão- Casa da Gente- Projeto Meu Lar, projeto vinculado ao Programa de Subsídio Habitação de Interesse Social- PSH/2009 que atendia uma parcela da população da cidade que não tem renda superior a 1 salário mínimo.

Nesse projeto terminado em 2010 foram construídas 50 casas, que conforme a planta cedida pela Secretaria de Estado de Habitação de Mato Grosso do Sul (SEHAB) possuem na sua estrutura: dois quartos, um banheiro e uma sala-cozinha.

Historicamente a produção do espaço urbano é realizada pela diferença da riqueza gerada pelas classes sociais, como diz Carlos (2005). Desse modo o poder aquisitivo das classes sociais, e conseqüentemente a divisão social do trabalho, é fator preponderante para a diferenciação espacial da cidade.

Essa estrutura que “ampara” o desenvolvimento do capital que procura especular terrenos, valorizar certas áreas da cidade, também provoca diferenças no tecido urbano criando espaços que não possuem estrutura que possa promover a mesma circulação do capital, tornando estes espaços segregados sócio-espacialmente da acumulação capitalista, pois não conta com serviços de esgoto, serviços de iluminação precários, saúde, comércio efetivo, instituições bancárias, entre outros que promovem a segregação sócio-espacial mesmo em cidades pequenas.

Vemos a partir da imagem a seguir que o Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo, insere-se na lógica capitalista da acumulação econômica a partir da reprodução da cidade que cria espaços estruturados para o capital, como o centro da cidade que aloja bancos, comércio, asfalto, abastecimento de energia, água e esgoto ou espaços para estruturas industriais e outros serviços.



Figura 1: Ruas e casas do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016).

Fonte: Próprio autor, 2016

Para confirmar tal questão Corrêa (1986, p.73) diz:

Estas práticas na periferia urbana estão inseridas, de um lado, no processo de acumulação de capital, seja através da incorporação e produção imobiliária, seja através da extração de uma renda fundiária, seja através da utilização de terrenos baratos para implantação industrial e de serviços diversos. De outro insere-se no processo de controle social através da reprodução segregada das diferentes classes sociais e suas frações. Ambos os aspectos, acumulação e reprodução, são interdependentes.

A segregação presente na cidade faz parte do processo de acumulação capitalista que tem como característica baixa remuneração dos trabalhadores, e sendo assim, não possuem meios de se inserir em uma localidade mais próxima do seu local de trabalho, por exemplo, como diz Rodrigues (1990, p.20):

As diferenças de preço relativas à localização, em áreas beneficiadas ou não com os equipamentos de consumo coletivos, referem-se à produção social da

cidade, ao investimento realizado na área onde se localiza a terra e não necessariamente na própria terra. A apropriação dessas condições gerais de existência na cidade é feita individualmente pelos proprietários de terras.

A funcionalidade dos espaços instituídos na cidade pela propriedade privada da terra, presente nas frações do tecido urbano, é perceptível quando também se avalia a atuação dos investimentos públicos e privado na construção dos conjuntos habitacionais.

Vemos que o planejamento urbano não promove a participação de toda a população, porque mesmo que os impostos sejam pagos por ela em um todo, somente alguns indivíduos desfrutam da reprodução desse modelo habitacional que obtém a terra, que é uma mercadoria pela sua rentabilidade. Os vazios urbanos, que são lotes desocupados e possuem um proprietário, como mercadorias, aumentam seu valor através da inserção de políticas públicas voltadas para a habitação em lotes próximos, por exemplo. Por isso a cidade torna parte da população segregada, por não ter acesso à terra, sendo excluída desse processo, com o espaço diferente das áreas centralizadas.

Segundo Dias & Lima (2012, p. 134):

(...) é com a divisão social do trabalho que surge as diferenças sociais, que se manifestam no uso, ocupação e produção do espaço urbano. (...) o estabelecimento de um monopólio econômico e político... diminuiu a distância física entre os habitantes, mas aumentou a distância psicológica, ou seja, cria-se uma cultura urbana, em que se deseja a separação daquele que não é da mesma classe social, o que leva a segregação (...).

Vemos nessa explanação do autor sobre segregação que o mesmo revela que a cidade é reproduzida através de inserções políticas no tecido urbano que não é refletida na sociedade como um todo. Existe uma separação entre as classes sociais na cidade, onde a segregação surge como um problema inevitável ao modelo capitalista, mas que surgiram com a própria fundamentação do conceito de cidade, e que se alimentam desse processo de acumulação capitalista com a criação de tais conjuntos habitacionais.

A divisão da cidade está associada com o perfil econômico e cultural dos moradores, e assim tendem a residir próximos àqueles que se assemelham nesses aspectos, revelando a fragmentação da cidade em classes sociais (DIAS; LIMA, 2012 apud HARVEY, 1989).

Porém essa configuração não é somente uma mera aproximação do perfil econômico dos moradores, mas sim é parte do controle da classe dominante, figurado pelo estado, sobre as terras, dispondo de melhores estruturas na malha urbana do município, para aqueles que têm condições de pagar por melhores serviços (água, saneamento, saúde, educação) enquanto quem não possui poder aquisitivo para tal não usufrui deste modelo.

As áreas afastadas da cidade que são parte de exemplos da segregação espacial, são frutos da ação do capitalismo figurado no Estado em não distribuir de forma igualitária recursos para solucionar os “problemas urbanos” que existem nas cidades, assim também é possível identificar em cidades pequenas e disparidade existente em auxílio.

O Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo não apresenta calçamentos, ocupa de área de risco com a presença de insetos, nenhum serviço de educação e saúde próximo ao conjunto, os moradores em sua maioria sofrem com desemprego e baixos salários, além da violência e fácil acesso às drogas, dilemas totalmente ao contrário das regiões centrais da cidade. Para contribuir a essa discussão, Bezerra; Lima (2011, p.47 apud Souza 2008 p.67) afirmam:

[...] diferenças econômicas, de poder, de status etc. entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver. Essas diferenças econômicas, de poder e de prestígio são função de várias coisas, potencialmente: em uma sociedade capitalista moderna, são função, primeiramente da classe social do indivíduo, a qual tem a ver com a posição que ele ocupa no mundo da produção.

A partir dessa citação vemos que a possibilidade do indivíduo habitar em bairros melhores estruturados com serviços de melhor qualidade é consequência das diferenças econômicas que partem, não da vontade do indivíduo, mas da relação capitalista do indivíduo no espaço em que está inserido.

Por exemplo, a estética das casas presentes no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo é totalmente diferente das casas instaladas no centro da cidade, revelando seu caráter de segregação sócio-espacial, com estrutura ideologicamente pensada pelo capitalismo.

Essa função de moradia é totalmente contraditória e de exclusão social, que se revelam quando relacionamos o centro com a periferia, pois para o capital não é interessante o investimento em habitações para as camadas populares da população, considerando o investimento do capital nesses empreendimentos, ou seja, o clientelismo é a prática importante ao capital. Quando comparamos com o centro de Guia Lopes da Laguna, por exemplo, é possível enxergar o investimento do capital com o aval do Estado, com asfalto, rede elétrica, arborização organizada, calçamento nas laterais das ruas, sinalização de trânsito, etc.

Esta comparação entre o Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo e as habitações no centro da cidade, podem ser observadas a partir das ilustrações abaixo:



Figura 2: Caracterização das casas populares, no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)
Fonte: Próprio autor, 2016



Figura 3: Casa localizada no centro da cidade (2016)
Fonte: Próprio autor, 2016



Figura 4: Não-Pavimentação no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)
Fonte: Próprio autor, 2016



Figura 5: Pavimentação na região central de Guia Lopes da Laguna (2016)
Fonte: Próprio autor, 2016

A partir das ilustrações vemos que a segregação sócio-espacial em Guia Lopes da Laguna, em relação ao Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo é presente e mostra a existência de segregação socio-espacial no tecido urbano que se revela na falta de serviços,

comércio, e a ausência de infra-estrutura em asfalto, iluminação precária, saneamento básico no conjunto habitacional em questão quando relacionado ao centro da cidade.

Guia Lopes é uma cidade de pequeno porte, assim as estruturas presentes (mercados, bancos, lojas) encontram-se no centro do município, porém, próximo ao conjunto habitacional não existe tal infra-estrutura, sendo diferente do tecido urbano, como diz Moreira Junior (2010, p. 139), quando analisa a segregação urbana em cidades pequenas:

O acesso não é restrito ao conjunto da cidade apenas, mas também refere-se à distribuição de bens, serviços e infraestruturas que ainda são insuficientes ou ausentes nessas localidades, ou seja, a segregação se acentua na forma de ocupação do solo e na distribuição das engenharias urbanas.

Dessa forma a crítica é que o conjunto habitacional faz parte da cidade, é integrante em todos os sentidos, na coleta de impostos, são consumidores com menor poder aquisitivo e consequentemente de consumo no comércio da cidade, mas a restituição dos recursos através da instituição da aparelhagem urbana é muito menos expressiva quando comparamos com outras regiões da cidade.

As figuras anteriores e a crítica dos autores supracitados remetem à reflexão de que o modo como se deu a construção e a fundação do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo não resultam em homogeneidade ao centro de Guia Lopes da Laguna, ou seja, a implantação do conjunto com certeza não teve a intenção de promover continuidade estruturais ao tecido urbano, nem em favorecer os moradores presentes nesse conjunto.

Desse modo é possível perceber a intencionalidade do poder público, protagonizando o modelo capitalista de produção do espaço, em fragmentar a cidade provocando diferenciações no espaço habitado pelos moradores do centro como também os moradores da periferia de Guia Lopes da Laguna, assim provocando a manutenção da segregação urbana que exclui os moradores do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo das mesmas condições de vida que os indivíduos da região central e em outros pontos da cidade possuem.

No próximo capítulo, apresentamos como essa segregação sócio-espacial é materializada na prática. Metodologicamente definimos um questionário para aplicar no conjunto habitacional a que nos referimos como forma de compreender empiricamente o processo de segregação e como seus residentes se identificam e se veem enquanto uma parcela da população que não dispõe dos serviços e condições necessárias a sua sobrevivência e a reprodução da força de trabalho.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE CAMPO: COMPREENDENDO A SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL NO CONJUNTO HABITACIONAL CIRIACO CAMARGO

As transformações que ocorrem nas pequenas cidades são menos visíveis quando comparadas a cidades de grande porte e aos centros do capital empreendedor, mas revelam da mesma forma a contradição existente no capitalismo, ou seja, o “direito a cidade” fica restrito à lógica acumulativa de especulação, valorização e segregação sócio-espacial que divide literalmente a cidade em espaços desiguais.

Para refletir sobre a questão da moradia é necessário entender que o “direito de morar” é essencial para a manutenção da sociedade e revela as relações da mesma com o espaço através da história. Bernadelli; Oliveira (2009) argumenta que a moradia é indispensável para o ser humano e se relaciona intimamente com o indivíduo até o ponto de sustentar suas forças físicas e intelectuais, dando a sensação de segurança e estabilidade emocional.

O processo de segregação acontece em Guia Lopes da Laguna e se revela com a instituição do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo em 2009, que através da cooperação governamental nas suas esferas de poder adquiriram terreno, nos limites do tecido urbano, para a construção do conjunto habitacional que assistisse parte da população que não possuía a casa própria.

A situação da população mais pobre é justamente encarar a reprodução capitalista e seus desdobramentos no espaço que se utiliza da propriedade privada da terra como forma de ajustar a cidade ao modelo capitalista atual. Desse modo a cidade fica dividida entre áreas mais planejadas, estruturadas, ou não, dependendo das condições financeiras do indivíduo. Acrescentando a essa questão Bernadelli; Oliveira (2009, s/pag) esclarece:

A propriedade privada da terra ou a monopolização das áreas urbanas por uma determinada parcela da sociedade é uma característica da produção capitalista do urbano, é um tipo de dominação existente que leva a marginalização de parcela dos cidadãos que participam da sua construção [...].

O foco central dessa pesquisa é compreender que o Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo, apesar de fazer parte do tecido urbano da cidade, não mantém a contiguidade espacial quando relacionada com outras regiões da cidade, além da desigual distribuição dos instrumentos coletivos pelo Estado, favorecendo a aqueles com maior poder aquisitivo e

deixando os habitantes da periferia do espaço urbano de Guia Lopes da Laguna longe dos mesmos benefícios, evidenciando a segregação sócio-espacial existente na cidade para o conjunto habitacional, através da falta de instrumentos urbanos (asfalto, transporte, iluminação) que são presentes na região central da cidade.

Após a apresentação da contextualização histórica e teórica, metodologicamente, definimos uma análise empírica, em que realizamos uma pesquisa no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo. Foram aplicados 21 questionários no dia 19/10/2016. Desse modo, foi elaborado e aplicado um questionário (em anexo) para os moradores, que responderam algumas questões sobre a existência do processo de segregação sócio-espacial nessa cidade.

Os moradores relataram a falta de serviços coletivos que representa ser um item fundamental para eles, considerando assim que a disposição dos serviços essenciais segue a lógica capitalista de produção do espaço, e se confirma com a afirmação de Bernadelli; Oliveira (2009, s/pag) que diz sobre a organização do espaço nesses conjuntos afastados:

[...] geralmente são bairros que não apresentam um planejamento urbano adequado e oferecem precariamente infra-estrutura e serviços coletivos, são bairros com paisagens diferentes da encontrada nas áreas centralizadas da cidade que oferecem infra-estrutura, serviços públicos, arborização adequada, pavimentação, sinalização de trânsito, etc [...].

O Gráfico 1 a seguir mostra que grande parcela dos moradores do conjunto habitacional utiliza com frequência esses serviços, e na pesquisa os mesmos moradores citaram os bancos, supermercados e as unidades de saúde, sendo itens que não são encontrados aos arredores da vila.

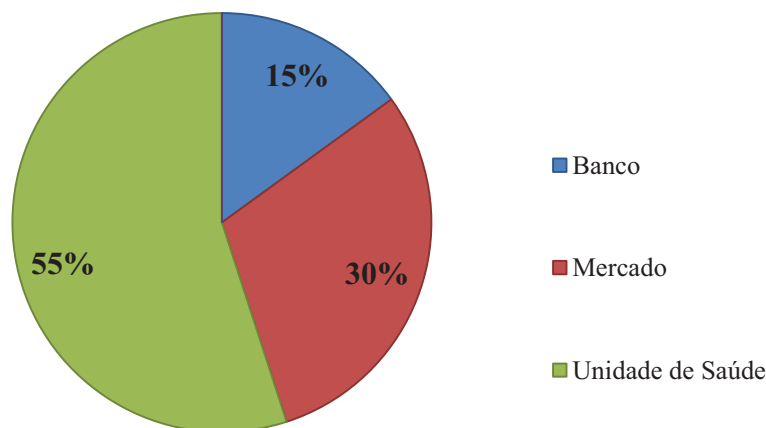


Gráfico 1: Serviços utilizados com mais frequência pelos moradores do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)

Fonte: Trabalho de campo, 2016

É possível identificar no gráfico acima que a necessidade de mais da metade dos moradores entrevistados é a saúde, sendo que existem moradores aposentados, muitas crianças que residem nesse conjunto habitacional, as condições de salubridade são precárias, a assistência médica é ineficiente ao ponto dos moradores relatarem que não existe acompanhamento de algum assistente de saúde para os moradores, mas mesmo assim eles se deslocam pois é necessário o atendimento aos moradores.

Essa situação revela a que a distância existente entre as ferramentas urbanas, que podem manter as condições básicas de sobrevivência desses moradores, é um fator de destaque para a análise do espaço urbano, comparando que as distâncias se tornam relativas para as diferentes classes sociais presentes no contexto urbano, sendo que o automóvel ou a motocicleta são meios de transportes quase que inacessíveis para os moradores, porém aumentaria a possibilidade de deslocamento do indivíduo para outras áreas da cidade e assim poderiam ter acesso aos serviços públicos como os postos de saúde, por exemplo. A imagem a seguir mostra como estão distribuídas, por toda a cidade, as unidades de saúde e os bancos, que foram exemplos do gráfico acima, e que estão distantes do conjunto habitacional supracitado evidenciando que o “direito a cidade” é restrito a uma parcela da população.



Figura 6: Distribuição dos instrumentos coletivos em Guia Lopes da Laguna (2016)
Fonte: Google Earth, 2016

A renda é outro fator que evidencia as diferenças das classes sociais na cidade, pois consequentemente a configuração das cidades atuais é caracterizada pela concentração de renda elevada dos moradores em uma região específica da cidade, que de maneira comum é chamada de “centro da cidade”, e a partir desse centro em direção a periferia da cidade é possível identificar a segregação sócio-espacial através das diferenças estruturais na arquitetura dos lugares e nas relações sociais existentes nesses espaços determinado pelo poderio econômico (NEGRI, 2008).

O próximo gráfico mostra a renda obtida mensalmente pelos moradores entrevistados:

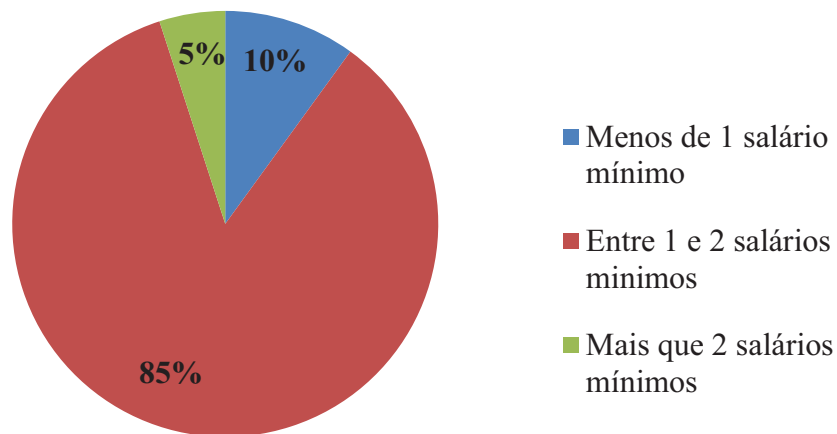


Gráfico 2: Renda obtida por família do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)

Fonte: Trabalho de campo, 2016

Com relação ao gráfico apresentado é necessário refletir que os moradores do conjunto habitacional em questão não tinham anteriormente condições de morar em outra localidade, pois não possuíam casa própria e assim inscreveram-se para participar do sorteio que deu direito de morar no conjunto, segundo relato dos moradores. Esse fato demonstra que a classe trabalhadora tem mínimas condições de ascender economicamente, ou seja, a segregação espacial evidencia diferenças na reprodução espacial que varia conforme a classe social a qual um grupo pertence, e também se verifica que o Estado sendo um agente produtor do espaço urbano se torna responsável por essa condição imposta aos moradores (SANTOS, 1987).

Outra questão que fez parte da pesquisa é referente à estrutura das casas entregues para os moradores e as eventuais modificações feitas nas mesmas para atender as necessidades familiares. Segundo Moreira Junior (2010, p. 139), vale destacar a falta de planejamento na

estrutura das moradias entregues que “nem sempre atendem a demanda das famílias, ademais a qualidade arquitetônica muito deixa a desejar, influenciando aí na habitação das moradias”.

O gráfico 3 mostra o percentual de moradores que modificaram suas casas para suprir necessidades eventuais como: uma garagem, construção da área de serviço, um novo quarto, etc.

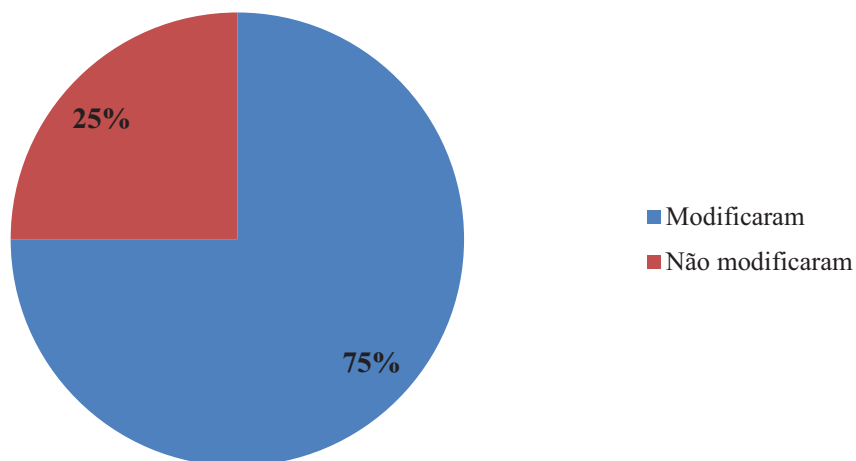


Gráfico 3: Famílias que modificaram, ou não, suas casas no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)

Fonte: Trabalho de campo, 2016

Esse processo de modificação das casas é interessante quando relacionamos com a funcionalidade que cada parte do espaço da cidade exerce no modelo capitalista. A estrutura das casas construídas não é suficiente para comportar o número de pessoas residentes no conjunto habitacional, pois as famílias que ocupam as casas são constituídas de um número expressivo de pessoas, e as casas além de serem pequenas, são padronizadas sem considerar o número de pessoas que irão residir-las.

Com relação a esse gráfico está implícito que existem moradores que modificaram suas casas pela condição financeira que se encontram, muitos sobrevivem com o abono dos programas familiares do governo, outros moradores têm como sustento o abono recebido pelo filho com necessidades especiais, e desse modo o planejamento para melhoria da moradia é progressivamente adiado pelos anos. Todos os moradores entrevistados estão morando há mais de cinco anos no conjunto habitacional, ou seja, desde a data de entrega das casas, e

paralelamente a isso as reclamações feitas pelos moradores não foram atendidas nesse período de tempo, segundo os relatos feitos pelos mesmos.

Conforme os dados da pesquisa de campo a seguir notam-se que em algumas residências há famílias com mais de três pessoas em uma mesma residência, sendo que em algumas, esse número ultrapassa uma dezena de pessoas.

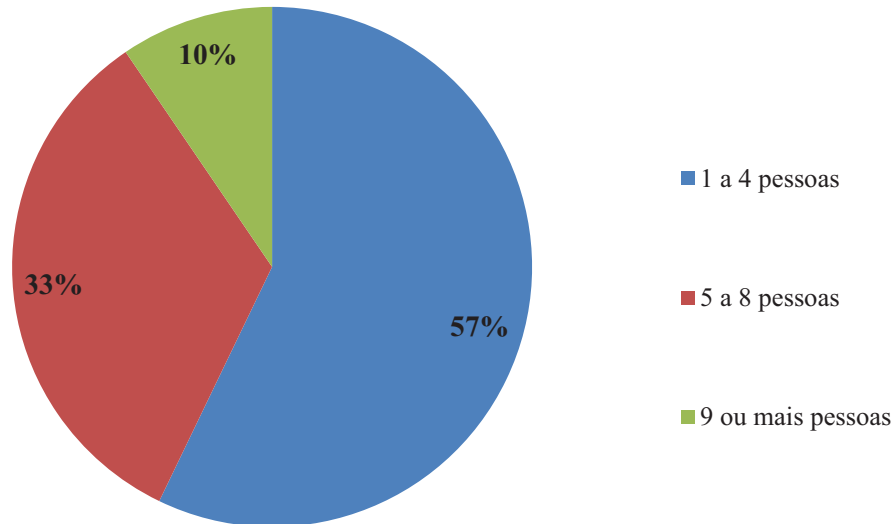


Gráfico 4: Número de pessoas por residência no Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo (2016)

Fonte: Trabalho de campo, 2016

Nessas casas residem pais, filhos, netos e genros que moram juntos e revelam que mesmo em uma cidade pequena existe déficit de moradias para a população, ou seja, a força de trabalho exercida pelos moradores de uma mesma casa, sendo o único meio pelo qual essas pessoas podem gerar riqueza, não é suficiente para melhorar a condição de moradia desses indivíduos (CARLOS, 2005).

Outra questão pertencente ao questionário aplicado aos moradores é sobre a construção do conjunto habitacional, da maneira que ele está colocado na cidade, e o sentimento de segregação existente ou não a partir dessa perspectiva. A maioria dos moradores sente-se segregados, associam essa ideia com a falta de interesse do poder público em melhorar as condições de vida do morador e a fala do morador 1 mostra a sua indignação:

“[...] não existe uma área de lazer para os meninos da vila, eles mesmos tiveram que levantar um campinho pra eles brincar de bola. Não tem creche para as crianças aqui perto, mas não é por falta de espaço, e no dia de chuva fica difícil levar elas, a rua fica um barro só. (Relato do Morador 1).”

Esse relato mostra que pela percepção do morador o espaço pertencente ao conjunto habitacional tem uma função bem definida no tecido urbano que é de alocar pessoas, e os instrumentos de lazer e de serviços não está associado à aquela localidade, por isso é comum encontrar pessoas que estejam indignadas como esse morador.

Na pesquisa feita no conjunto habitacional 90% dos entrevistados se sentem segregados e somente 10% não acreditam nessa afirmação. Desse total que dizem sentir-se segregados outros 36% elencam que segregação está ligada a falta de assistência do poder público, pois não recebem as visitas dos assistentes de saúde, que percorrem os bairros da cidade, e também por terem muitas crianças que moram ali que só recebem atendimento quando se deslocam à unidade de saúde mais próxima que está localizada em outro bairro. Outros 26% caracterizam a segregação pela distância da sua moradia em relação aos serviços que utilizam como as Unidades de Saúde, bancos e os mercados.

Desse modo a pesquisa de campo feita no Conjunto Ciriaco Camargo tem como objetivo caracterizar a segregação sócio-espacial existente no município de Guia Lopes da Laguna, através da consolidação da reprodução capitalista promovida pelos diversos atores urbanos entre eles o Estado, o empresariado e os proprietários de terras (RODRIGUES, 1990) que fragmentam o tecido urbano em regiões com grande possibilidade de investimentos e melhorias para a população, que no caso é o centro da cidade, como também deixam regiões da mesma cidade, o conjunto habitacional em questão, distante do padrão de vida necessária para os indivíduos que nela residem.

Por fim, diante das análises realizadas em campo, compreendemos que os residentes do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo são afetados negativamente pela lógica capitalista, que reflete em desigualdades socioeconômicas no tecido urbano de Guia Lopes da Laguna. Verifica-se a segregação sócio-espacial através da oportunidade de uma melhor qualidade de vida distribuída de forma seletiva pela cidade, também pela alocação das pessoas mais pobres em um mesmo espaço da cidade sem a mínima condição de ascender socialmente e possibilitar melhoria de vida para as famílias que nesse local residem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a reprodução do espaço urbano em Guia Lopes da Laguna nos últimos anos é possível identificar que o Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo é fruto de um processo desigual de habitação, pois promove desde a sua criação, como também na história das políticas públicas no Brasil, um processo de segregação sócio-espacial definido pelos agentes produtores do espaço urbano.

Essa reprodução espacial criou uma série de problemas sociais que surgem no espaço do conjunto habitacional estudado nesse trabalho como o déficit de moradias, a isenção de assistência social aos moradores, a reordenação do espaço urbano que distanciou a população desse conjunto dos equipamentos coletivos que a cidade possui como os postos de saúde, bancos e hospitais, entre outros pontos já citados anteriormente.

Com base na história das políticas feitas para a habitação no Brasil foi possível identificar que somente na virada do século XX para o XXI que intensificaram o modo de distribuição de moradias para a classe mais pobre, porém não mudou o modelo capitalista presente nesse sistema que pressiona os grupos carentes a viverem em sob condições precárias que reflete em um espaço urbano desigual e que segrega a população mediante a falta de políticas voltadas para esses grupos.

Mediante o trabalho realizado foi possível identificar que a área onde estão localizadas as unidades habitacionais é extremamente carente, além de que faltam muitos reparos e novos meios de melhorar a condição de vida dos moradores, que também esperam iniciativa do poder público em atender seus anseios.

A segregação sócio-espacial no município de Guia Lopes da Laguna é identificada a partir da criação do Conjunto Habitacional Ciriaco Camargo, caracterizada pela alocação de pessoas nas extremidades do tecido urbano, sendo que a prefeitura responsável pela escolha do local preferiu escolher esse terreno ao invés de muitos outros que estão abandonados e mais próximos dos instrumentos de lazer e serviços.

O conjunto habitacional criado para essas pessoas carentes não atende as necessidades básicas de uma família, pois mesmo que a vila se localize distante do centro da cidade, ainda assim ela faz parte da cidade, a estrutura deveria atender os anseios da população que nela habitam nesse espaço. Porém o centro de Guia Lopes da Laguna apresenta melhores condições aos moradores, através da segurança, calçamento em alguns pontos, variedades em serviços, escolas, entre outros.

Diante disso o trabalho realizado retrata e caracteriza a distribuição desigual da cidade de Guia Lopes da Laguna através das políticas públicas que planejaram a construção do conjunto Ciriaco Camargo e identifica que o “direito a cidade” incide sobre o poder aquisitivo das famílias que precisam muito mais dos instrumentos coletivos para manter a mínima condição de sobrevivência no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio de. Desafios da habitação popular no Brasil: Políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto L. Cardoso. (Org). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. 1ª ed, Porto Alegre: ANTAC, 2007, v., p.12-41.

BERNARDELLI, M. L. F. H; OLIVEIRA, Tatiana Aparecida de. Políticas habitacionais em pequenas cidades - estudo comparativo dos municípios de Angélica e Ivinhema/MS. In: **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideo, 2009

BEZERRA, Josué A; LIMA, Keiliane Queiroz de. **Desigualdades socioespaciais em pequenas cidades: a segregação residencial na cidade de pau dos ferros- RN**. v. 1, n. 1, p.43-54, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/120/111>>. Acesso em: 18 out. 2016.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: Maricato, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega Ltda., 1982, p.37-70.

BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BOSCARIOL, Renan Amabile. **Os agentes estatais na produção do espaço urbano em cidades do interior paulista: Marília, Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto**. UNESP, 2011. 294 p.

BOTEGA, Leonardo da R. **Política habitacional no Brasil (1930-1990)**. Ano 1- Nº 02- Março de 2008.

CAPEL, Horácio. **Capitalismo y morfologia urbana em Espanha**. 4ª Ed. Barcelona: Ediciones de Frontera, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8º ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia urbana**. GEOSUL – n.º 2. 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 121 - 144.1997.

DIAS, F. M. F; LIMA, D. A. **Diferenciação socioespacial em pequenas cidades: o caso da cidade de Farol (PR)**. UEM. Maringá v. 30, n. 3, p.127-139, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Habitação Estadual de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MOREIRA JUNIOR, O. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana In: **R. RA´E GA.** Curitiba, n. 20, p. 133-142, UFPR, 2010.

NAIME, Jéssica. **A política de habitação social no governo Lula: Dinâmicas e perspectivas.** UFRN. Natal, 2010.

NEGRI, Sílvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. In: **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, v. VII nº 8, p.129-153, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras. In: **Revisão Rosa M. C. Cardoso e Candido M. V. Pereira.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SINGER, Paul. **A guisa de introdução, urbanização e classes sociais. Economia Política da urbanização.** São Paulo. Brasiliense. p.11 -29, 1977.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO CONJUNTO HABITACIONAL CIRIACO CAMARGO

1) Existe alguma linha de transporte próximo no bairro onde você mora?

() Sim () Não

2) Trabalha no mesmo bairro onde mora?

() Sim () Não

3) Assinale quais dos itens citados o conjunto habitacional possui:

() Rede de esgoto

() Asfalto

() Coleta de lixo eficiente

() Arborização planejada

() Nenhum desses

4) Precisa deslocar-se para outro bairro para utilizar os serviços públicos (bancos, postos de saúde, comércio etc) ?

() Sim () Não

5) Identifica diferenças de infraestrutura entre o bairro que você mora e o centro da cidade?

() Sim () Não

Quais? _____

6) Quais desses itens citados você utiliza com mais frequência?

() Unidade de Saúde() Banco() Supermercado() Transporte

7) Possui algum meio de transporte (carro,moto, bicicleta)?

() Sim () Não

8) Precisou modificar a estrutura da sua casa para suprir alguma eventual necessidade?

Sim Não

9) Quantas pessoas residem na casa?

1 a 4 5 a 8 mais de 9

10) Qual a faixa de renda somada das pessoas que residem na casa?

menos de 1 salário mínimo 1 a 2 salários mínimos mais de 2 salários mínimo

11) Como você adquiriu essa casa no Conjunto Habitacional Ceriaco Camargo?

12) Quanto tempo você reside nessa casa?

menos de 1 meses menos de 1 ano entre 1 e 2 anos
 mais de 3 anos

13) Você se sente segregado (excluído) da cidade? Por quê?
